

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) – Comunicação de Líder,**

pela oposição: Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde de quarta-feira, sejam bem-vindos. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores: Ver. Adeli Sell, Ver. Sgarbossa, Ver. Comassetto e este vereador, queremos fazer aqui a nossa manifestação com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal em extinguir o Programa de Saúde da Família em Porto Alegre, mais

precisamente, o IMESF. São mais de 1.800 trabalhadores que ontem, num fator surpresa, recebem a informação do governo municipal de que poderão receber, num prazo de 30 dias, o aviso prévio, ou seja, seriam demitidos, na medida em que o Supremo toma uma decisão de, segundo o prefeito, extinção do IMESF, mas é preciso fazer alguns esclarecimentos.

Lá em 2011, quando o governo municipal da época encaminha para esta Casa um projeto de lei constituindo o IMESF, a bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive, naquela ocasião, tinha uma posição muito clara e precisa com relação a isso. Por quê? Porque vinha de alguns fatos importantes na cidade de Porto Alegre e na Grande Porto Alegre de algumas instituições, mais organizações sociais que, além de estarem irregulares ou serem inconstitucionais, o fato da constituição delas, apresentaram o calote aqui em Porto Alegre e em outros municípios do interior. E, para nós, não havia possibilidade de apoiar, naquele momento, a constituição do IMESF. Apresentamos o substitutivo, a diferença era que, no nosso substitutivo, era regime estatutário, portanto poderia, então, o governo ter criado, naquela ocasião, uma autarquia de caráter público e possibilitar a continuidade tranquila desse processo da continuidade do programa. O governo não quis isso, as entidades, algumas delas, por sua vez, encaminharam recurso, mostrando claramente não só a inconstitucionalidade, mas também que, em inúmeros municípios do Brasil afora, não estava acontecendo a contento, pelo contrário, se utilizavam desse serviço para ter lucro, para poder burlar, para poder ganhar muito recurso, dinheiro, às custas do dinheiro público. E não foi por acaso que muitas instituições, além de serem condenadas a devolver recurso, os próprios gestores foram presos, por isso a nossa posição clara e precisa naquela ocasião. Agora estamos vivendo uma dura realidade, em que o governo diz que vai priorizar, sim, a saúde, mas num outro formato, numa outra forma, isto é,

instituindo as clínicas de família e descentralizando o atendimento, como já vinha anunciando há alguns meses em Porto Alegre, na região norte, na região sul, onde ia fechar algumas unidades de saúde e concentrar em um local só com as clínicas de saúde. Isso já é uma forma não só de terceirização, mas de entrega do atendimento público para o privado, no intuito de poder fragilizar o atendimento, o que nós não podemos aceitar nessa lógica da privatização. Portanto, cabe agora à Câmara de Vereadores – e ela tem feito, hoje pela manhã recebeu as lideranças sindicais – quero reforçar para que todos participem da reunião, da audiência pública promovida pela COSMAM e pela Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia da Saúde da Família para, na segunda-feira, quando o governo estiver aqui e pontualmente der a sua versão, explanando a sua proposta para continuidade ou não desse atendimento. Creio que cabe aqui a enorme responsabilidade de todos nós de podermos perceber que esses trabalhadores, ao longo de uma década, eu diria, construíram um atendimento, um sistema que deu certo e que é muito valorizado pela população, a qual não quer que termine. O que vai mudar agora, possivelmente, para um outro formato, mas nós queremos que esses trabalhadores sejam aproveitados automaticamente para esse novo sistema. Por isso queremos aqui nos manifestar, enquanto bancada do PT, porque é fundamental o programa não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Obrigado, nobre Presidente. Nós temos uma tarefa muito importante, o diálogo, a compreensão e o entendimento de que esses trabalhadores já fizeram, ali atrás, um processo seletivo. Portanto, quando houve a extinção da Sollus, por problemas que eu acabei de falar aqui, de desvio de recursos, e que foi instituído o IMESF, foi feita uma transição tranquila e esses trabalhadores foram valorizados. Não é diferente. Agora, é diferente, sim, quando o governo toma uma posição clara de uma instituição pública de caráter público, como nós defendíamos, naquela ocasião, uma autarquia e o regime estatutário. Não foi possível, o governo não aceitou, perdemos a disputa? Perdemos, mas agora os senhores viram o que aconteceu. Não foi por falta de aviso. Portanto, juntos, novamente, teremos que construir uma saída salutar para defender os trabalhadores, as famílias e os cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)